



**O INDIGENISMO PERUANO NA REVISTA *AMÉRICA INDÍGENA*:
ORGANO TRIMESTRAL DEL INSTITUTO INDIGENISTA
INTERAMERICAN (1941-1946)**

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3625

Leticia Rita Ribeiro, UEM

Resumo

A pesquisa analisou a presença do indigenismo peruano na revista *América Indígena*, órgão oficial do Instituto Indigenista Interamericano, desde a fundação da revista, em 1941, até o ano de 1946, quando foi criado o Instituto Indigenista Peruano, que passou a publicar a sua própria revista, intitulada *Perú Indígena*.

O objetivo da pesquisa foi entender como se deu a participação de intelectuais peruanos na revista do Instituto Indigenista Interamericano, posto que historicamente o Peru havia desenvolvido um indigenismo radical e militante ligado principalmente a questão agrária, e o referencial teórico utilizado na pesquisa foi o da História Intelectual, por tomarmos como fonte uma revista produzida por intelectuais.

Ao final da pesquisa pudemos perceber que houve um significativo debate entre autores peruanos através da revista *América Indígena* ligados ao tema do indigenismo. A maior parte dos artigos publicados tinha o tom denunciante, de um indigenismo mais combativo e radical, mas também foram publicados artigos de tom mais conservador, que defendiam a atuação do governo peruano em relação à questão indígena, e inclusive um artigo oficial, que foi enviado pela Diretoria de Assuntos Indígenas do Peru, explicitamente para rebater um artigo de caráter crítico publicado anteriormente na revista.

Palavras Chave:

Indigenismo;
Intelectuais; Peru;
América Indígena.

Introdução/Justificativa

O indigenismo é um tema que perpassa a história dos países latino-americanos, tendo em vista o fato de que essas sociedades, em sua maioria, foram fundadas a partir da conquista e subjugação das populações nativas. Essa realidade fez com que os “índios” fossem vistos, historicamente, do ponto de vista dos grupos dirigentes, como um “problema”, prático ou conceitual, já que sua “suposta alteridade histórica” foi “postulada como a base de sua perene subjugação” e, nesse sentido, tornou-se um elemento que exigia “explicação, justificação, remédio ou solução”, (KOURÍ, 2010: 419).

As respostas dadas a essas questões variaram ao longo do tempo e tiveram expressões específicas em cada uma das sociedades onde se desenvolveram. A esse conjunto heterogêneo de “conceitos, reflexões, análises, políticas e exortações a respeito do índio e de sua história” é atribuída a denominação “indigenismo”. (Idem)

Entre meados do século XIX e inícios do XX, o Peru destacou-se no cenário continental por sua ampla e diversificada produção de discursos e políticas de caráter indigenista. Em meio a esse cenário multifacetado, a figura do intelectual anarquista Manuel González Prada (1844-1948) é reconhecida como o marco histórico fundador do indigenismo peruano.

Manuel González Prada representa no Peru a figura do dissidente, que toma distância a respeito do Estado e não compromete seus pensamentos nem suas convicções com nenhum outro poder que não seja o de sua própria palavra. Deste modo, o sujeito de pensamento se converte em um guia de consciência e elabora uma crítica moral à sociedade. Abraçando o pensamento anarquista, esse intelectual não só se ergueu como um crítico das classes dominantes, como assumiu a defesa dos despossuídos, dos trabalhadores, dos indígenas e busca no povo a possibilidade de transformação social. Como um racionalista, recusou as crenças religiosas e dogmáticas e sua crítica se dirigiu especialmente contra o catolicismo, que considerava um inimigo do conhecimento e da liberação da humanidade. (GONZALES, 2010)

Luis E. Valcárcel (1891-1987) foi outro expoente do indigenismo peruano. Na juventude, em 1919 liderou um movimento estudantil de caráter reformista na Universidade San Antonio Abad de Cuzco. Posteriormente, tomou partido por uma corrente populista, o que aponta para seu olhar sobre a realidade peruana, vendo-se muito cedo sensibilizado pelas causas dos marginalizados e explorados. (GONZALES, 2010)

Outro importante intelectual peruano cujo pensamento é associado ao tema do indigenismo foi José Carlos Mariátegui (1894-1930). Ele pensou a questão indígena a partir da ideologia marxista, portanto, encarou o problema do índio como algo que começava na economia, que tinha a questão da terra como a principal. Mariátegui atacou explicitamente as teses racistas e imperialistas que sustentavam que o indígena era uma força retrograda que freava o desenvolvimento. Para Mariátegui os indígenas seriam a grande força revolucionária no contexto peruano. (GONZALES, 2010)

Tanto González Prada, quanto Valcárcel e Mariátegui entenderam a saída revolucionária, anarquista ou socialista, como a única capaz de libertar o índio. Assim, o indigenismo peruano se destaca no cenário continental por seu radicalismo social, bastante próximo de perspectivas revolucionárias.

Além desses três intelectuais, vários outros personagens, grupos e organizações tiveram um papel importante no indigenismo peruano. Destacam-se, entre esses: a Associação Pró-indígena, fundada em Lima nos primeiros anos do século XX pela escritora Dora Mayer, juntamente com o filósofo Pedro S. Zulen; e o grupo Orkopata, surgido na serra peruana, na cidade de Puno, nos anos 20, dirigido pelo intelectual autodidata Gamaliel Churata, ligado a um vanguardismo literário e estético unido a uma difusão pedagógica. O grupo chegou a editar um importante periódico, o *Boletín Titikaka*, entre 1926-1930. (RÉNIQUE, 2015)

Em 1940, quando se reuniu pela primeira vez um congresso indigenista de caráter continental, no México, os peruanos tiveram papel ativo, destacando-se, entre eles, Luis Valcárcel, que então atuava como arqueólogo e

etnólogo e veio a ser, anos depois, o primeiro diretor do Instituto Indigenista Peruano, criado em 1946. (GIRAUDO, 2011)

Um dos principais frutos do Congresso Indigenista, realizado na cidade mexicana de Pátzcuaro, em 1940, sob a liderança do mexicano Moisés Sáenz, foi o surgimento do Instituto Indigenista Interamericano, órgão que rapidamente começou a editar, em 1941, a revista *América Indígena*. Essa publicação nos servirá de fonte para analisar qual foi a relação do indigenismo peruano com esse indigenismo oficial e de caráter continental, Instituto Indigenista Interamericano.

O marco cronológico da pesquisa situa-se, então, entre a criação da revista do Instituto Indigenista Interamericano, em 1941, e a criação de um órgão correspondente no Peru, o Instituto Indigenista Peruano, que foi criado em 1946 e passou a editar sua própria revista, intitulada *Perú Indígena*.

Objetivos

Os principais objetivos da pesquisa foram identificar as vertentes do indigenismo peruano que estiveram representadas nas páginas da revista *América Indígena*, analisar os possíveis debates dessas vertentes entre si e também em relação ao discurso oficial do Instituto Indigenista Interamericano, que era difundido por meio de sua revista.

Resultados

A revista *América Indígena*, foi criada no ano de 1941 como publicação oficial do Instituto Indigenista Interamericano. Surgiu em 1940 a partir do Primeiro Congresso Indigenista, realizado na cidade de Patzcuaro, no México. E contou com a participação de intelectuais de vários países – com exceção de Paraguai e Canadá, que receberam o convite, mas não demonstraram interesse em participar. O Instituto surgiu sob liderança do mexicano Moisés Sáenz, com a intenção de subsidiar políticas públicas em todo continente.

O mexicano Moisés Sáenz foi um dos principais articuladores do projeto de um órgão indigenista de caráter continental e foi escolhido

como primeiro diretor do Instituto, porém sua morte inesperada fez com que houvesse mudança na política indigenista deste órgão. A direção do Instituto Indigenista Interamericano, foi assumida pelo também mexicano Manuel Gamio que apesar de ter vários trabalhos reconhecidos, não havia participado da criação do Instituto, pois Sáenz o considerava ligado a um outro entendimento, mais teórico e científico, da questão indígena. Isso ocorreu porque a Antropologia Aplicada realizada por Gamio não se orientava no sentido de uma solução prática e imediata dos problemas que envolviam as comunidades indígenas, especialmente no que dizia respeito à questão da posse de terras, ao contrário do que propunha aquilo que Sáenz identificava como Antropologia Social. (AGUIRRE BELTRÁN, 1990)

Assim, como destaca a historiadora Laura Giraudo (2011) em seu trabalho sobre a fundação do Instituto, a “mudança de orientação” na direção mexicana da instituição, com a ascensão de Gamio, significou “o afastamento inexorável do indigenismo militante, político e social [representado por] Saézn”, culminando na consolidação do indigenismo enquanto um “campo” profissionalizado, dotado de uma “lógica específica”, ou seja, a científica, o que o teria convertido num campo autonomizado “suficientemente diferenciado [...] do campo político.” (GIRAUDO 2011, p. 87)

Em 1941, quando foi publicado o primeiro número de *América Indígena*, Moisés Sáenz, principal idealizador original do Instituto Indigenista Interamericano já havia falecido. A revista e o Instituto passaram a estar sob liderança de Manoel Gamio, sua proposta não possuía o caráter militante defendido por Saézn, e podemos observar em *América Indígena*, desde o início prevaleceu o indigenismo de Gamio com um caráter mais científico e tinha como principal preocupação o estudo antropológico dos grupos indígenas do continente. Assim, o principal objetivo da revista, como consta em sua contracapa, era “o intercâmbio de informações” sobre “a vida indígena” e também “da política e programas que estão sendo desenvolvidos em seu favor [nos diversos países].”

América Indígena tinha periodicidade trimestral e, durante o período estudado, de 1941

a 1945, encontramos um total de oito artigos sobre o Peru, como mostramos na tabela abaixo:

Artigos sobre o Peru publicados em América Indígena (1941-1946)			
Nº	Título	Autor	Edição/pág.
1	Historia de la labor gubernamental a favor de los indígenas peruanos	Gerardo Bedoya Sáenz	1942, nº 2 (abr), p. 21-24
2	El “Ayllo” peruano debe transformarse en cooperativa agropecuaria	Hildebrando Castro Pozo	1942, nº 2 (abr), p. 11-16
3	Moisés Sáenz y el indio peruano	Luis E. Valcárcel	1943, nº 1 (ene), p. 61-66
4	To Peru in quest of inca gold	Julio C. Tello	1943, nº 2 (abr), p. 115-126
5	Preparación del magisterio rural en el Perú	Emilio Vázquez	1943, nº 2 (abr), p. 173-179
6	La ley y el indio en el Perú	Vladimiro Bermejo	1944, nº 2 (abr), p. 107-111
7	The effect of the war on the indigenous populations, of Peru and Bolivia	Patricia G. de Pardo Zela	1944, nº 3 (jul), p. 211-222
8	La ley del indio en el Perú (aclarando conceptos)	Dirección de Asuntos Indígenas, Lima, Peru	1945, nº 1 (ene), p. 51-55

Dos oito artigos sobre o Peru, apenas 2 possuem conteúdo científico (os artigos nº 4 e 7 na tabela), enquanto os outros 6 apresentam um conteúdo político. No caso dos artigos científicos, chama a atenção o fato de que ambos foram publicados em inglês. No caso de Patricia G. Pardo Zela,¹ trata-se de uma autora norte-americana, mas observamos que também o autor peruano Julio C. Tello² publicou seu artigo em

1Segundo as informações de América Indígena, a autora Patricia G. Pardo Zela era autora de origem norte-americana, casada com um peruano (diplomata em Washington). Fez sua formação acadêmica nos Estados Unidos, na época, tinha importantes trabalhos sobre a área andina: Peru, Bolívia e Equador.

2Segundo as informações de América Indígena, o autor Julio César Tello era um arqueólogo e antropólogo peruano, que também havia estudado medicina na Universidad de San Marcos, em Lima. Completou sua formação nos Estados Unidos, onde também estudou Arte e Antropologia. Foi professor de Antropologia e Arqueologia na Universidad Mayor de San Marcos e

inglês. É possível que a publicação dos artigos em inglês tivesse a intenção de alcançar um público mais amplo. Constatamos, por exemplo, que ambas as publicações em *América Indígena* foram noticiadas pela revista estadunidense *American Anthropologist*, órgão da Associação Antropológica Americana, na parte de “Novas Publicações”.³

Dos outros 6 artigos, apesar de todos terem um conteúdo político, observamos que apresentam perspectivas diferentes sobre a questão indígena: 4 possuem um conteúdo mais crítico, ligado à postura combativa do indigenismo radical peruano (os artigos nº 1, 2, 3 e 6 na tabela); enquanto os outros 2 artigos (nº 5 e 8 na tabela) apresentam um caráter mais oficial, sendo que um deles (o artigo nº 8) foi enviado por um órgão estatal peruano, a Dirección de Asuntos Indígenas, para ser publicado na revista.

Dessa forma, podemos observar que existe um diálogo sobre o indigenismo peruano na revista, o que opõe, de um lado, autores identificados a um indigenismo crítico e radical, e de outro lado, outros autores que defendem as propostas governamentais.

Os primeiros artigos publicados apresentam o tom crítico do indigenismo radical peruano. O primeiro artigo, intitulado “Historia de La labour gubernamental a favor de los indígenas peruanos”, do autor Geraldo Bedoya Sáenz, publicado em janeiro de 1942, apresenta um caráter político e também denunciante. O artigo demonstra a situação vivida pelos indígenas desde o período da conquista, argumentando que a guerra de emancipação não trouxe aos nativos vantagem alguma, pois a

também na Universidade Católica de Lima e diretor do Museu de Antropologia do Peru. Produziu diversos trabalhos com relação à cultura incaica e pré-incaica, entre eles: *Introducción a la historia antigua Del Perú*; *Origen y desarrollo de las civilizaciones prehistoricas andinas y Sobre El descubrimiento de la cultura chavín*.

3American Anthropologist, New Series, Vol. 45, No. 3, Part 1 (Jul. - Sep.), 1943, p. 483 e Vol. 47, Nº 1 (Jan. - Mar.), 1945, p. 166. Disponíveis em:
<http://www.jstor.org/stable/663204?seq=6#page_scan_tab_contents> e
<http://www.jstor.org/stable/663172?seq=5#page_scan_tab_contents> (Acesso em 11/07/2017).

política econômica e social do período independente continuava as mesmas da época colonial. (SAÉNZ, AI, 1942, vol. 1, p. 23)

Para Sáenz, a tomada de suas terras pelos latifundiários caracterizou o principal motivo do problema indígena. Para defender seus argumentos sobre a questão indígena, o autor cita intelectuais como José Carlos Mariátegui e Gonzáles Prada. Ainda segundo Sáenz, os indígenas eram maioria nacional no Peru e isto foi percebido pelas autoridades, que criaram leis para que o indígena fosse adequado a sociedade e tivesse seus direitos garantidos através da criação da Direção dos Assuntos Indígenas, um órgão do Ministério de Fomento e Obras Públicas.

Porém, o autor afirma que a criação dessas leis foi simplesmente demonstrativa e o seu não cumprimento fez com que a situação dos indígenas permanecesse a mesma.

O segundo artigo peruano foi publicado na seguinte edição da revista, em abril de 1942, intitulado “El ‘ayllo’ peruano debe transformarse en cooperativa agropecuaria” e assinado por Hildebrando Castro Pozo. Nesse artigo o autor explica que o ayllo é uma organização “social e de produção” do período incaico e que “sobreviveu à Colônia e à República”. Castro Pozo defende a ideia de que os ayllos peruanos sejam mantidos como a base da produção indígena, sendo transformados em cooperativas que incorporem os avanços tecnológicos. (CASTRO POZO, AI, 1942, vol. 2, p. 11-16)

Apesar de esse segundo artigo não ser tão crítico como o primeiro, percebemos que ele também apresenta traços do indigenismo radical peruano, ao propor a manutenção dos ayllos como cooperativas como forma de melhorar a vida dos indígenas, garantindo a esses a terra.

Outro artigo crítico foi publicado na edição de abril de 1944 da revista. O título do artigo é “La ley y el índio em El Perú”, do autor Vladimiro Bermejo. Esse artigo apresenta a mesma perspectiva denunciadora do primeiro artigo peruano publicado na revista *América Indígena*, em 1942. O autor frisa que a aplicação das leis favoráveis aos indígenas no país deixava muito a desejar e argumenta que a falta de preocupação com os nativos por parte dos governantes era

evidente e inclusive pior do que no período colonial.

Esse artigo deu origem a uma resposta oficial, por parte da Dirección de Assuntos Indígenas do Peru, em um artigo cujo título retomava o título do artigo de Vladimiro Bermejo, “La ley y el índio em el Perú”, ao qual foi acrescentado o subtítulo: “aclarando conceptos”. Essa resposta oficial foi publicada na edição de *América Indígena* de janeiro de 1945 e a revista informa, em nota, que o artigo chegou a sua redação “através da Embaixada do Peru no México.” (AI, 1945, vol. 1, p. 51)

O artigo oficial rebate a ideia de usurpação de terras indígenas e passa a imagem de um governo que quer bem ao nativo, que o auxilia e o “ampara” em suas demandas. Da perspectiva oficial, a criação da própria Diretoria de Assuntos Indígenas e de uma série de leis, citadas no artigo, expressavam o empenho do governo peruano em solucionar as principais questões sociais e econômicas que assolavam as comunidades indígenas. (Dirección de Asuntos Indígenas, Peru, AI, 1945, vol. 1, p. 51-55)

Outro artigo que defende a atuação do governo peruano em relação aos indígenas foi publicado em abril de 1943, por Emilio Vásquez, com o título “Preparación Del magistério rural em el Perú”. Segundo o autor, a solução para a questão indígena passaria pela educação que já estava começando a ser ministrada pelos órgãos públicos peruanos, com a introdução de escolas e métodos modernos de se ensinar, com o propósito de civilizar o indígena e assim incorporá-lo à nação. Vásquez argumenta que, com isso, um dos problemas mais urgentes do Peru estaria sendo resolvido, pois a formação nacional estaria se completando, levando a cultura ao campo e aos povoados mais distantes do território nacional. (VÁSQUEZ, AI, 1943, vol. 2, p. 176)

É perceptível nesse artigo a ideia de que o grande problema do Peru eram os próprios indígenas, por causa de seu atraso cultural. Assim, procurava-se criar uma nova sociedade educando os nativos, ou seja, modificando sua cultura e fazendo-os adentrar à cultura moderna. Portanto, a solução para o Peru seria não a cultivação da cultura indígena (como defendia o artigo sobre o

“ayllo”, por exemplo), mas o abandono das tradições e costumes nativos e a transformação dos indígenas em camponeses peruanos.

Dessa forma, podemos perceber que as páginas da revista do Instituto Indigenista Interamericano se tornaram cenário para um debate entre autores peruanos sobre a questão indígena no país.

Além desse debate sobre o indigenismo peruano, também encontramos uma crítica indireta ao indigenismo que era seguido pelo próprio Instituto. Isso ocorre em um artigo publicado por Luis Valcárcel em homenagem ao falecido Moisés Saénz, mexicano idealizador do Instituto Indigenista Interamericano.

O artigo, intitulado “Moisés Saénz y el indio peruano”, foi publicado na revista *América Indígena* em 1943, por ocasião do aniversário de morte de Saénz. Nesse artigo, Valcárcel apresenta sua admiração pelos estudos do mexicano sobre a realidade e os problemas enfrentados pelos indígenas peruanos.

Moisés Saénz foi um dos primeiros a estudar o problema indígena no Peru. Durante suas viagens à serra peruana estudou muitas aldeias, entrou em contato com os índios, sua sociedade, a vida nos *ayllus* também as artes. Todas as informações colhidas por ele eram documentadas em sua máquina cinematográfica e em seu caderno de notas. Ainda segundo o peruano, o mexicano, que teria uma grande admiração pela organização social e econômica incaica, também havia observado a exploração sofrida pelos índios por parte do clero e das autoridades. Todas essas informações resgatadas por Saénz foram desenvolvidas por ele em um livro intitulado *Sobre el Indio Peruano publicado em 1933 no México*.

O autor desse artigo, Luis Valcárcel, era um dos principais nomes do indigenismo peruano na época. Ele tinha sido um dos introdutores da Etnologia no Peru e, assim como Mariátegui, com quem inclusive tinha convivido, Valcárcel entendia que o problema do índio era inseparável da questão da terra.

Moisés Saénz, como já mencionamos, também enxergava a questão da terra como fundamental em relação à resolução dos problemas indígenas. Sua proposta para a

formação do Instituto Indigenista Interamericano era que esse órgão tivesse uma atuação militante em favor da questão indígena, incluindo o tema da terra. Mas, como mostramos, essa não foi a perspectiva que se consolidou no Instituto. Após a morte de Saénz, o antropólogo mexicano Manuel Gamio assumiu a diretoria do Instituto e este tomou um caminho mais científico, sendo seu principal objetivo o estudo das populações nativas do continente.

Nesse sentido, o artigo de Valcárcel, ao descrever toda sua admiração por Moisés Saénz e relembrar sua trajetória indigenista, acabava evocando sua figura como a de um verdadeiro indigenista, o que indiretamente contrastava com a posição do Instituto naquele momento.

Além dessa crítica indireta, o artigo de Valcárcel sobre Saénz também apresenta uma crítica frontal à postura “científica” do Instituto, ao ligar o pensamento do mexicano à proposta de um indigenismo de caráter revolucionário, no qual os próprios indígenas tomariam as rédeas de seu futuro, como havia ocorrido na Revolução Mexicana:

O representante da primeira grande revolução social de nosso tempo afirma: “creio que o índio apesar de sua nudez e sua passividade, terá que forçar a porta de saída, terá que falar por sua própria voz e clamar por seus direitos humanos para assegurar depois, por si mesmo, seus direitos políticos.” (VALCÁRCCEL, AI, 1943, vol. 1, p.66)

Ao colocar essas palavras na boca de Moisés Saénz, Luis Valcárcel utilizava a figura do mexicano – que era reconhecido em todo o continente por sua atuação no México pós revolucionário – para fortalecer a perspectiva indigenista que ele próprio representava, ou seja, a vertente mais radical do indigenismo peruano, que tinha um discurso de confronto à ordem estabelecida e se relacionava a um ideal revolucionário no qual os próprios índios teriam papel ativo no processo de transformação da sociedade.

Considerações finais

A revista *América Indígena*, enquanto órgão do Instituto Indigenista Interamericano,

foi usada como um espaço de debate entre os intelectuais peruanos ligados ao tema do indigenismo no seu país.

Ao longo da pesquisa pudemos observar que a percepção da questão indígena como um problema fundamentalmente socioeconômico, ligado à questão da terra, típica do indigenismo radical peruano, que remonta às figuras de González Prada e José Carlos Mariátegui, se fez presente na revista em artigos de cunho denunciante como: “Historia de la labor gubernamental a favor de los indígenas peruanos”; el “ayllo” peruano debe transformarse en cooperativa agropecuaria; “Moisés Sáenz y el indio peruano” e “La ley y el indio en el Perú”.

Por outro lado, também encontramos publicados na revista artigos que buscaram combater as críticas desse indigenismo radical, alegando que o governo peruano estava tomando medidas para melhoria das condições de vida dos indígenas. Essa versão da situação aparece em: “Preparación del magisterio rural en el Perú” e “La ley el Indio en el Perú (aclarando conceptos)”, este último, como mencionamos um texto de caráter oficial, assinado pela Diretoria de Assuntos Indígenas do Peru e enviado para publicação na revista através da Embaixada peruana no México.

Observamos que os artigos críticos, em geral, buscaram defender a preservação da cultura nativa andina, principalmente através da manutenção dos ayllus. Transformados em cooperativas, eles poderiam introduzir novas tecnologias, por exemplo, mas manteriam sua função social básica, de trabalho coletivo, que perdurava nos Andes havia milênios.

Por sua parte, os artigos que defendiam a atuação governamental em favor dos indígenas geralmente abordaram a suposta preocupação do governo com os nativos com base na ideia de que estes deveriam ser civilizados a partir da educação nas escolas rurais. A proposta era que “o índio” se modernizasse e fosse assimilando à nacionalidade peruana, ou seja, a educação seria o instrumento de modernização que faria os indígenas abandonarem completamente sua cultura e se adequar à nova sociedade

transformando-se em camponeses patriotas.

Referências

- ALTAMIRANO, Carlos. Elites culturales en el siglo XX latinoamericano. In: ALTAMIRANO, Carlos (ed.). **Historia de los intelectuales en América Latina II**. Los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX. Buenos Aires, Katz, 2010, p. 9-28.
- AZUELA, Alicia. **Arte y poder**. México: El Colegio de Michoacán; FCE, 2005.
- ANDRÉ, Richard Gonçalves; MOLINA, A. H.; RIBERO, E. **Olhares sobre a América hispânica**. Londrina: UEL, 2014.
- BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. **História, Historiadores e imagem: Algumas notas introdutórias**. UNICENTRO, Guarapuava, 2006.
- BRETON, Andre; León TROTSKI; Diego RIVERA. Manifiesto por un arte revolucionario independiente (1938). Disponível em: <http://sergiomansilla.com/revista/aula/lecturas/imagen/manifiesto_por_un_arte_re.pdf> (acesso em 22/09/2017).
- BURKE, Peter. **“História como memória social”**. In: Variedades de história cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.
- CATALÀ DOMÈNECH, Josep M. **A forma do real: introdução aos estudos visuais**. São Paulo: Summus, 2011.
- CRESPO, Regina. **CRESPO, Regina. Itinerarios intelectuales: Vasconcelos, Lobato y sus proyectos para la nación**. México: UNAM, Centro Coordinador y Difusor de Estudios Latinoamericanos, 2005.
- EDER, Rita. **Modernidade: Vanguardas Artísticas na América Latina**. São Paulo, UNESP, 1990.
- KETTENMANN, Andrea. **Rivera**. Lisboa: Taschen, 2006.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.23, n°45, pp.11-36-2003.
- MICHELLI, Mario de. **As vanguardas artísticas**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- SOUTER, Gerry. **Diego Rivera**. Parkstone International, New York, USA, 2014.
- UNFRIED, Rosana Aparecida Reinere. **O uso da iconografia e da iconologia para análise de fotografias e recuperação da história de Londrina – ENCOI**. Londrina, 2014.